

O LIXO COMO MEDIDA DE QUALIDADE DE VIDA E NOVA MERCADORIA

Arlete Moysés Rodrigues¹

A cidade, como locus privilegiado da produção e do consumo, é também o lugar privilegiado de circulação de informações, de idéias e de ideários. Assim o meio ambiente urbano está necessariamente imbricado com o ideário do desenvolvimento.

Muitas são as abordagens sobre a dinâmica da urbanização que perpassam o mundo do trabalho e suas relações diretas com a produção sócio-espacial, o mundo do consumo com a globalização da economia e a mundialização da cultura, a caracterização da vida pública e privada, os espaços comuns e individuais, que se expressam na cotidianidade dos cidadãos e nas suas diferentes maneiras de produzir e apropriar-se do espaço.

O “meio ambiente urbano” pode ser, também, representado pela problemática ambiental, que torna-se cada vez mais fundamental para pensar o passado, presente e futuro, pautada na análise da produção sócio espacial. Neste findar de século, o meio ambiente “natural” está cada vez mais ausente no “meio ambiente urbano”, porque dele foi banido através das formas concretas de desenvolvimento (enterrando-se os rios, derrubando-se vegetação, impermeabilizando terrenos, calçadas, ruas, edificando-se em altura- criando solo urbano, etc).

O “ambiente natural” tem sido, porém, (re)incorporado como demonstrativo de “qualidade de vida” que pode ser comprada como: o “ar puro” e/ou a possibilidade de morar próximo ao ‘verde’, ao sossego, etc. dos loteamentos “modernos” ou ao lazer dos parques públicos ou de prédios ‘inteligentes’. É também incorporado pela medida de quantidade de ‘verde’ disponível por habitante.

Trata do urbano como uma terminologia geral, pois se 70% (setenta por cento) da população brasileira vive nas cidades, não significa que partilhem da urbanidade. Porém aqueles que não participam das condições consideradas adequadas de qualidade de vida e de justiça social, partilham em escala ampliada dos “resíduos” deste processo de urbanização acelerado, respirando o ar poluído das cidades e metrópoles, habitando em situação precária e não tendo trabalho para as necessidades de sua reprodução, sem fornecimento adequado de luz e água e de esgotamento sanitário, sem transportes coletivos suficientes, atendidos como “animais não pensantes” nos hospitais, postos de saúde e até nas escolas. Enfim, sem condições de vida digna.

Ao mesmo tempo na cidade -”core”- da produção e da acumulação do capital-, as vantagens da aglomeração permitem a socialização das forças produtivas, que é em essência contraditória (Rodrigues, A.M. 1988). Mas, como as “vantagens na aglomeração” não são elásticas, rápidas transformações ocorrem no interior do centro urbano, com ritmo incessante das atividades, provocando alterações no viver cotidiano. Intensifica-se o trabalho noturno, não apenas nos serviços mas na produção de novas edificações, de infra-estrutura, apesar deste tipo de trabalho oferecer riscos à saúde, ocasionando, segundo a OIT, envelhecimento precoce, problemas cardíacos e irritações constantes.

¹ Prof^a. Dr.^a Dept^o Sociologia -UNICAMP- São Paulo-Brasil - E Mail - amoyses@sturing.unicamp.br.

Assim, a inelasticidade dos limites da cidade, aliada ao fato do escuro (natureza natural) ter sido banido no processo de desenvolvimento científico tecnológico, permitindo a incessante “produtividade”, não tem uma correspondência com a adaptação da natureza biológica do homem. Podemos dizer, assim, que há contradições no meio ambiente urbano entre a natureza biológica e a produção social, além das próprias contradições sociais. Ou seja, as contradições são múltiplas e complexas.

A *problemática ambiental urbana* só recentemente começa a ser incorporado como objeto de estudos mais sistemáticos, pois a urbanidade também é constituída pelas formas através das quais a sociedade se apropria e transforma a natureza, criando mercadorias desejáveis e “indesejáveis”. É produto do modo industrial de produzir mercadorias que acelera, no século XX, o processo de criação destrutiva de modo antes inimaginados.

A urbanização e a urbanidade têm sido analisadas através de alguns elementos considerados indicadores de desenvolvimento, de progresso, onde a problemática ambiental aparece, às vezes, como pano de fundo. É importante ressaltar que estes indicadores são parâmetros que buscam caracterizar a semelhança de todas as áreas urbanas ao modelo geral da urbanização, que só existe no pensamento de planejadores.

A cidade, é uma das obras do homem, que apropriando-se da natureza a transforma de tal maneira que a faz “simbolicamente” desaparecer enquanto tal. Nas análises que buscam compreender as formas pelas quais se partilha do conjunto da urbanidade, em geral denominadas de qualidade de vida, a natureza também está freqüentemente ocultada. Dito de outra forma, o conjunto de análises que realizam diagnósticos das condições de vida urbana- denominadas de indicadores de qualidade de vida- estão baseados em medidas que qualificam e quantificam as características da urbanização e de acesso à urbanidade de acordo com os conceitos e modelos de cidades modernas.

No conjunto destes indicadores denominados de “saneamento básico” estão incluídos : a existência e a rede de água potável, canalização das águas servidas- esgotamento sanitário- e as condições de coleta e deposição do lixo doméstico, além das formas de circulação e dos meios de transporte coletivos.

Não há dúvida que indicam qualidade de vida no período moderno e é condição indispensável à urbanidade e/ou modernidade. Contudo, o que é pouco analisado são as formas pelas quais o próprio processo de urbanização cria a escassez e provoca a destruição ou empobrece a qualidade de alguns deles - como a água e o ar atmosférico . A ‘qualidade’ da água é uma medida indireta (oculta) de índices de poluição provocada pelas atividades produtivas. Segundo dados da ONU, as águas contaminadas matam 25 mil pessoas por dia. A poluição das águas é um indicador do índice de atividades produtivas/ destrutivas, mas que tem sido considerado apenas como “desvio” de modelos de planejamento e desenvolvimento que esperam atingir o “desenvolvimento” idealizado.

Há que se analisar como uma medida de progresso - por exemplo as formas de abastecimento de água potável-, contém em si sua própria negação, pois quanto mais casas e indústrias, etc. necessitarem de abastecimento e dependendo da área de captação e de “retorno” das águas servidas ,o “recurso natural - água” torna-se cada vez mais escasso, raro e caro.

Utiliza-se, também como critério de análise, o índice de poluição do ar atmosférico. É considerada melhor a qualidade de vida quando os índices de poluição são baixos .

Ora, a poluição é produto do modo industrial de produzir mercadorias que transformou a natureza da própria natureza, basta lembrarmos do efeito estufa ou da destruição da camada de ozônio. Há que se ressaltar outros aspectos de lógicas contraditórias: para alguns o interesse em diminuir a poluição pode significar a utilização de filtros - sem diminuir a produção de veículos individuais enquanto para outros pode ser maior o interesse em ampliar-se os transportes coletivos, diminuindo-se a circulação de veículos particulares e atendendo à uma necessidade social.

Tem sido atribuído ao cidadão “consumidor” a responsabilidade pela poluição atmosférica, pois procura-se diminuir a utilização de veículos em períodos críticos, em que a natureza aparece como única causadora do problema, como por exemplo a inversão ‘térmica’ no inverno subtropical. Se é verdade que a inversão térmica decorre de leis da natureza não é verdade que o aumento da poluição seja decorrente desta mesma lei. Ao mesmo tempo, as propagandas incentivam o uso de veículos como forma de obtenção de “status”. Abrem-se novas e novas avenidas para facilitar o escoamento de veículos. É bastante contraditória a transformação dos cidadãos em consumidores, ao mesmo tempo em que se restringe (ou tenta-se) o uso das mercadorias que lhe dão status, pois ocasionam problemas ambientais.

O transporte coletivo, por outro lado, tem sido pouco incentivado, embora também pudesse ser considerado uma importante medida de qualidade de vida. Mas como a medida do progresso, do desenvolvimento, é o que pode ser contado (e o quanto pode ser contado), os meios de transporte coletivos não são numericamente comparáveis ao transporte individual; assim, embora pudessem interferir de forma menos prejudicial no meio ambiente urbano, não tem sido a opção política/econômica do Estado brasileiro.

Há que se considerar que a poluição do ar atmosférico tem como contrapartida o aumento da suscetibilidade a infecções pulmonares, com maior taxa de mortalidade por doenças respiratórias, desenvolvimento de asma, maior taxa de tumores pulmonares, ou seja, a poluição é nociva à saúde. Demonstra-se que não há, biologicamente, adaptação direta às transformações do ar atmosférico, assim como ao trabalho noturno, como já apontado. O processo de produção industrial cria, nesse caso, uma outra mercadoria “indesejável”. Mas, com o *tempo*, criam-se mercadorias novas para combater este resíduo da produção. De qualquer modo, o atendimento às doenças é transformado em medida de progresso - número de leitos, número de atendimento hospitalares, etc.

É importante ressaltar, como diz Lefbvre, que desde há algum tempo é a urbanização que comanda a industrialização. Um dos aspectos que pode demonstrar essa questão liga-se à problemática ambiental. Nas cidades torna-se, cada vez mais necessário, instalar filtros para combater a poluição, propor e/ou construir novas formas de captação e de tratamento da água, da coleta reciclagem do lixo, inventando-se e produzindo novas mercadorias que (re)produzem a industrialização. Ou seja, à partir da cidade, do urbano, novas mercadorias são criadas para satisfazer novas necessidades ou resolver problemas. Se a cidade/o urbano caracteriza o mundo deste final de século, compreende-se mais claramente que o processo atual de urbanização comanda a industrialização.

A problemática ambiental nos desafia a compreender o espaço em suas múltiplas dimensões. A aplicação ‘prática’ do(s) conceito(s) de Desenvolvimento Sustentável ou Sociedade Sustentável só podem ser exequíveis se concretizadas no espaço. É também preciso considerar do que se trata quando se fala em ‘bem comum’. Trata-se dos lugares produzidos, dos espaços públicos e/ou privados, da própria

urbanidade ou da possibilidade de continuar a ter acesso à água potável, ao ar respirável e vida e ao trabalho?

Desafia-nos, também, a compreender o redesenho do Estado e as formas pelas quais a natureza é apropriada e tornada propriedade, levando-se em conta que o redesenho do Estado está ligado ao redesenho das formas de acumulação do capital. Após a segunda metade deste século passam a alterar-se as características das plantas industriais. Passamos do Fordismo para a acumulação flexível do capital - produção dispersa em pequenas unidades produtivas que se juntam apenas no “mercado final”, no momento do consumo, pela ‘marca’ do produto e não mais pelo produto produzido por uma unidade industrial.

Mudam-se as características produtivas no espaço e o símbolo da produção. Se o Estado parecia ser necessário para ‘intervir’ na produção, com este processo de globalização no mercado, que é ao mesmo tempo a fragmentação da produção da mercadoria, seu significado tem sido avaliado apenas em relação à sua dimensão e não com relação às suas funções sociais.

É importante salientar que a *proposta de desenvolvimento sustentável* não pode ser aplicada à cidade, pois não há vida sem o campo, sem a exploração do “mundo natural”, o que implica em que analisemos as cidades em sua imbricação com o mundo “natural”, implica em compreender, que o conceito de ‘desenvolvimento sustentável’ não pode ser *aespacial*.

Como diz Lipietz (1994) :

“O grande problema da humanidade hoje, o problema de seu futuro parece ser o espaço. Seu ”espaço”: o meio ambiente. Como ela o cria, como vive nele, como se arrisca a sucumbir com ele....

Em diversas propostas que propõem formas de pensar o Desenvolvimento Sustentável a delimitação espaço/territorial está presente como nas análises de *Capacidade de Suporte, Sustentabilidade Ecológica, Sustentabilidade Ambiental*. Não se trata mais de adequar números aleatórios. Para promover o chamado Desenvolvimento Sustentável é necessário considerar uma base territorial e compreender a produção sócio-espacial. Se considerarmos que a sustentabilidade do desenvolvimento exige a democratização do Estado e não seu abandono e sua substituição pelo mercado a análise territorial do Estado-Nação é imperiosa onde deve-se também considerar os diferentes ecossistemas e diferentes características de sustentabilidade.

Para compreender a dinâmica da sociedade, onde o desenvolvimento tem criado novas e novas mercadorias, além do conhecimento sobre os ecossistemas, sobre a renovabilidade dos recursos e sobre a dinâmica social, é preciso também analisar espacialmente o ciclo produtivo e compreendê-los em sua complexidade. Ciclo produtivo que compreende o processo desde a exploração da ‘matéria prima’, os produtos e seus resíduos - industriais e domésticos - que atualmente estão tornando-se ‘material reaproveitável. Os chamados resíduos reaproveitáveis - lixo reciclável- são ao mesmo tempo matérias primas para outras (ou mesmas) indústrias. Um dos aspectos que permite analisar o ciclo do produto refere-se a um dos problemas considerados urbanos, o lixo.

Mas, ao mesmo tempo não é possível deter-se apenas no final do processo produtivo - no consumo. É preciso compreender que, como diz Carl Sauer, a produção se caracteriza pela extração:

“¿ No deberíamos admitir que buena parte de lo que llamamos ‘producción’ es de hecho ‘extracción’ ? (Sauer, 1956 in Alier, 1995:51).

Se observamos o que ocorre com os ‘resíduos’ diretos ou indiretos da produção responderemos afirmativamente à indagação de Carl Sauer . Cada vez mais o “resultado da produção” aparece nos amontoados de resíduos que circularam desde a extração da matéria prima até o ‘destino final’. Os discursos, porém, ocultam o processo produtivo, o circuito das mercadorias e evidentemente a dilapidação da natureza. Considera-se a produção como prometéica - que produz o desenvolvimento, o progresso.

Camuflam-se, assim, responsabilidades sobre a dilapidação da natureza e sobre um dos problemas decorrentes dessa dilapidação: os resíduos. Desse modo a natureza e o espaço ficam ocultados e espera-se que com o tempo tudo poderá ser resolvido. *A sacralização da ciência e da técnica promoveram, no período moderno, a ocultação da importância do espaço, que precisa ser recuperada para compreender-se as reais relações da sociedade com a natureza.*

Como compreender que a extração contínua produz um ‘resíduo sólido’ que é cada vez mais ‘resistente’ e que esta resistência ao ‘tempo’, acrescida do crescimento populacional, a torna também um grande problema de espaço.

Há que se considerar que a ordem distante - os problemas ambientais gerais- não estão presentes no cotidiano. Até pelo contrário, parecem situar-se em outro lugar.

Como exemplo de questões abstratas ou relativas à uma ordem distante, podemos citar: o “buraco” na camada de ozônio, a destruição da mata Atlântica ou as chuvas ácidas. São problemas que parecem não estarem ligados ao cotidiano, exceto dos que o vivenciam diretamente, embora hoje já façam parte do imaginário da sociedade, na medida mesmo que em estão freqüentemente sendo noticiados nos meios de comunicação

Incorporam-se, pois, os problemas ambientais ao imaginário, passando a ser reconhecidos como questões ecológicas, problemas do meio ambiente. É preciso salientar que estudos recentes mostram que este *(re)conhecimento* não implica, necessariamente, num *conhecimento* da problemática. Indicam informações sobre a ordem distante mais do que sobre a ordem próxima.

Mas , quando se trata da vida cotidiana, do concreto vivido, podemos considerar que torna-se difícil para o cidadão ignorar a poluição atmosférica de bairros específicos, da cidade como um todo, ou mesmo de unidades fabris. Também parece difícil não vivenciar, ou pelo menos ter notícias de, inundações urbanas, congestionamentos de tráfego, falta de água nas torneiras, etc, pois são *situações problemas* que atingem diretamente ou indiretamente os moradores nas cidades.

Para analisar a construção de ideário sobre as questões ambientais ,consideramos o “lixo” como elemento fundamental da ordem próxima, do concreto vivido, pois na vida cotidiana todos os cidadãos, de todas as classes sociais, convivem com o “lixo”. O agravamento (ou o conhecimento) da problemática ambiental, relacionado à ausência de espaços para o depósito de lixo e a durabilidade dos materiais da sociedade do descartável, acabou incorporando-o às preocupações cotidianas, tornando-se uma necessidade encontrar soluções para o seu acúmulo e formas de “acabar” com o lixo através da incineração, reaproveitamento ou reciclagem.

O lixo tornou-se uma “mercadoria”. Era ‘resto’ de um valor de uso e adquiriu um “novo” valor de troca. Mercadoria ‘sui generis’, pois é descartável para uns, que

não se preocupam com o valor de troca (os moradores em geral), enquanto para outros o valor de troca é um atributo (os coletores individuais e as indústrias que os reutilizam ou reciclam estes novos produtos). *Mercadoria que tem um valor simbólico e real.* É importante tanto para a preservação da natureza como para o circuito produtivo. Com relação à preservação da natureza, o lixo tem estado imbricado com os lugares para depositá-lo. A preservação ou conservação da natureza tem na reutilização, na reciclagem, uma forma de conter o desperdício de materiais e fontes de energia contidos no lixo acumulado ou queimado em incineradores. Ou seja, é uma mercadoria que tanto é fator de degradação do lugar onde se encontra acumulada, como é (ou pode ser) fator de 'economia' com a reutilização e reciclagem. O volume, durabilidade e toxidade dos materiais são problemas para encontrarem-se lugares para os depósitos e ao mesmo tempo estão relacionados com o desperdício de rochas, minerais, fontes de energia, etc e ao mesmo tempo estas características o tornam uma nova mercadoria.

O circuito dos 'restos' de consumo - o lixo mercadoria-, que não interessa ao 'consumidor', implica em um descarte cujo recolhimento, transporte, tratamento e deposição é responsabilidade do poder público municipal. Trata-se, a coleta de lixo, de um dos itens dos meios e equipamentos de consumo coletivo. Mas apesar da importância crescente e do lixo tornar-se uma nova mercadoria, ele tem sido encarado por alguns governos municipais apenas como um item de despesas. Já para as empresas contratadas para o transporte e deposição, o lixo é fonte de lucro. Em geral, ganham por tonelada de lixo coletada, o que significa que quanto mais lixo melhor. Assim, para estes é uma mercadoria como outra qualquer, transportada de vários lugares para um único lugar- os depósitos (sanitários ou não), incineradores, usinas de compostagem, etc.

Nos dias atuais, para setores do circuito produtivo que realizam o reaproveitamento (reciclagem) dos resíduos, a compra da mercadoria lixo tem implicado em menores custos de produção, embora os produtos resultantes não tenham diminuído de preço no mercado de consumo, o que implica a possibilidade de auferir maiores lucros.

O 'lixo' é, porém, fetichizado ao darem-se informações que o apresentam como sendo todo o problema, quando é apenas um dos problemas urbanos e rurais. Obtém-se assim o caráter ilusório, o fetiche do lixo. Como esperar que os cidadãos compreendam a dimensão dos problemas ambientais? Passa-se, penso, da idéia de afastar o lixo jogando-o em lugares distantes para a idéia de culpabilizá-lo por problemas nos quais é apenas um dos fatores que ocasionam, por exemplo, as enchentes.

Embora os estudos científicos demonstrem com clareza as causas da problemática ambiental, os problemas continuam a ser percebidos da mesma maneira, como diz Marx (in Rouanet, 1987)

“exatamente como a atmosfera que continuou sendo percebida da mesma forma, depois que a ciência analisou os gases que a compõe”

Como resultado da fetichização, mesmo sendo o lixo incorporado no cotidiano de todos os cidadãos, estes não o tem compreendido como resultado de processos produtivos, ou melhor, das formas pelas quais a sociedade tem-se apropriado da natureza. Também não se tem compreendido que transformações tecnológicas são responsáveis pela alteração de sua durabilidade, toxidade e volume, tornando-se cada

vez mais difícil encontrar-se lugares para a deposição dos resíduos. Ao mesmo tempo a responsabilidade pela geração dos resíduos tem sido vinculada apenas ao consumidor final

A problemática ambiental no cotidiano, parece, assim, referir-se a outro conjunto de questões mediadas por outras formas de compreensão simbólica ou real. Se a problemática ambiental desvenda para os estudiosos novas questões espaço-territoriais, se permite a (re)tomada da Metáfora Espacial, se torna parte da agenda internacional e se tem mobilizado uma parcela da sociedade civil engajada nos movimentos sociais a compreensão do papel do processo produtivo na degradação ambiental não parece estar incorporada ao cotidiano.

A produção de resíduos é tão antiga quanto o processo de ocupação da terra pelo homem. Acompanha o processo de apropriação e produção do homem em sociedade. Porém, como já assinalado, alteraram-se suas características (durabilidade e volume) no processo de desenvolvimento industrial. Os resíduos apresentam-se em estado sólido, semi-sólido, líquido e gasoso. Sobre a forma de líquidos concentram-se nos rios, córregos, lençóis freáticos, mares e oceanos. Estes resíduos líquidos ou semi-líquidos circulam mas, também, se depositam em determinadas áreas provocando a poluição hídrica cujo resultado pode ser a mortandade de animais e plantas, contaminação das águas e dos solos, através da infiltração. Segundo a OCDE (Organization for Economic Cooperation and Development) as consequências da poluição da água são preocupantes. A indústria contribuiu, na última década, com 60% da demanda bioquímica de oxigênio e de material em suspensão e com 90% dos resíduos tóxicos na água. (A Gazeta Mercantil- 27/3/1996)

Este tipo de resíduo pode concentrar-se através da vazão em conta-gotas, mas também pode ser resultado dos chamados “desastres”, tais como os de vazamentos de petróleo. Estes ‘vazamentos’, ‘desastres’, provocam grandes alterações ecossistêmicas, destruindo flora e fauna em grandes quantidades. A ocorrência de vazamentos, cria necessidades novas, ou seja, a necessidade de limpar oceanos e mares, para o qual, em geral, são contratadas empresas especializadas, que utilizam ‘novos’ produtos e maquinarias especializadas. Assim, ‘desastres’ deste tipo tornam-se fonte de lucros para alguns e fonte de destruição de riquezas, para a maioria. Além disso, o processo de limpeza não elimina os problemas em sua totalidade; apenas, parcialmente, corrige o produto dos ‘desastres’. De qualquer modo cabe destacar que uma ‘deseconomia’ de escala, um desastre ambiental, origina novas economias de escalas, novas fontes de lucros. Os desastres ambientais acabam, assim, também se tornando ‘mercadorias’.

Os resíduos gasosos, além dos provenientes das ‘atividades’ industriais num processo de “conta gotas” (dióxido de carbono, por exemplo), resultam, também, de grandes derrames provenientes de ‘desastres’ como os de Chernobil e Three Island. A acumulação de gases tóxicos, que ocorre num processo de ‘conta gotas’, parece não ter ‘sujeito’, pois não há delimitação precisa do lugar onde são lançados os poluentes e de quem os joga. No caso de grandes derrames, como são espacialmente localizáveis, é possível, pelo menos delimitar tanto a responsabilidade como, através da análise da circulação das massas de ar, verificar-se as áreas de maior incidência desta poluição. Entre os poluidores advindos de um processo contínuo e difuso há também que se considerar o lançamento na atmosfera de resíduos inertes (duram mais de 100 anos) e atóxicos como o clorofluorcarboneto-CFC-, que destroem a camada de ozônio.

Segundo a OCDE, o setor industrial nos países desenvolvidos foi responsável por 50% do efeito estufa, por 40 a 50% das emissões de óxido enxofre e por 25% das

emissões de óxidos de nitrogênio. As responsabilidades continuam difusas ou seja a indústria em geral.

Os resíduos gasosos ficam em suspensão na atmosfera e dependendo da circulação das massas de ar produzem como efeito direto o aumento de doenças (asma, conjuntivite, etc) e/ ou precipitam-se sob a forma líquida, infiltrando-se nos solos, tornando-os ácidos e muitas vezes impróprios para a agricultura, além do desgaste que provocam em outras ‘mercadorias’ produzidas com material ferroso. As chuvas ácidas precipitam-se também em locais distantes das fontes geradoras pois o ar atmosférico não tem limites ou fronteiras definidas socialmente.

Na dinâmica do transporte e deposição do lixo sólido vários têm sido os embates entre município vizinhos, no que se refere a ocupação das áreas de mananciais hídricos e ao transporte e deposição do lixo-, como foi possível observar na pesquisa realizada nos jornais e revistas. Mas a questão da transferência de resíduos não é apenas local, mas ocorre em escala internacional. Esta questão tem sido abordada por vários autores e é objeto de legislação específica no interior do Estados-Nação

Os resíduos também já viraram problema até no espaço sideral, pois o processo de desenvolvimento industrial que extrapola a exploração da terra tem levado ao acúmulo de lixo no espaço sideral. As fronteiras espaciais da terra foram transpostas e os problemas também foram para o espaço sideral.

Os resíduos sólidos denominados, em geral, simplesmente de lixo, podem ser classificados com relação aos riscos potenciais ao ambiente, em *perigosos*, e *não perigosos*. Os perigosos, podem ser tóxicos, cancerígenos, inflamáveis e de maneira geral nocivos à saúde.

Os resíduos perigosos, também, tornaram-se ‘mercadorias’. Mercadorias que alguns pagam para se verem livres e outros cobram para livrar os outros e com isso têm lucros. Para esta mercadoria ser destruída também se constróem novas máquinas- os incineradores-. Quando se atua na destruição de resíduos tóxicos produzem-se novos gases tóxicos. Trata, enfim, antes de mais nada, de uma atuação nos resultados da produção. Não há grandes debates para diminuir a produção de resíduos tóxicos. Atua-se no resultado da produção, produzindo-se ainda novos ‘produtos’ indesejáveis

Se para o transporte e deposição dos resíduos sólidos, transformados em novas mercadorias, atribui-se, pelo menos parcialmente, responsabilidade pela geração, transporte e deposição, o mesmo não ocorre com os resíduos gasosos. Muitas vezes também não tem sido fácil responsabilizar-se os poluidores das águas, pois as fontes poluidoras são difusas. Considera-se, assim, todos consumidores responsáveis tanto pela poluição como pela preservação do “bem comum”. Pode-se, assim, afirmar que a produção destrutiva está fetichizada e o processo de produção e consumo de resíduos está ocultado.

No processo de produção, ou seja, no circuito produtivo, tem-se analisado tanto a “poluição”, a “deterioração” ambiental, como os resíduos produzidos diretamente (especialmente definidos). Porém não se tem analisado os ‘*produtos dos produtos*’ industriais, dada sua característica de dispersão espacial. Quando ocorrem a poluição/destruição num espaço delimitado é possível verificar-se quem produz os resíduos, a poluição. Contudo, quando não é possível delimitar espacialmente, estes responsáveis podem ficar ocultos. Assim, o *espaço* tem que ser compreendido também na dimensão de sua fluidez, ou seja, não facilmente delimitável, territorialmente, *para se efetuar análises da problemática ambiental em todas as dimensões*

A dificuldade em compreender a complexidade da produção sócio-espacial e a delimitação espacial e territorial, faz com que, em geral, a produção de lixo seja atribuída ao consumo e ao consumidor. Assim, a produção de resíduos tem sido analisada fragmentadamente

É necessário compreender esta problemática da geração de resíduos em sua complexidade para realizar releituras do território que compreendam a produção e consumo. É preciso, assim, analisar o processo complexo de produção das indústrias e sua “vinculação”, tanto com a produção de lixo doméstico como com a utilização do “lixo” para reciclagem. Tarefa complexa quando se leva em conta, na atualidade, a acumulação flexível do capital com a fragmentação da produção, com as rápidas alterações no processo produtivo relacionadas às inovações tecnológicas e à descartabilidade dos produtos. Processo de acumulação flexível que torna hoje obsoleto o que ontem era moderno. Processo que se caracteriza pelo rápido descarte de mercadorias. Na década de 70, os bens de consumo duráveis eram produzidos para durar de 7 a 8 anos (por isso eram duráveis). Hoje os mesmos produtos são idealizados para durar 8 a 10 meses (embora continuem a ser denominados de duráveis). Trata-se do predomínio do descartável e da veloz mudança de moda. E assim o lixo acumula-se rapidamente como se fosse produto do “consumo”, do “estilo de vida”, sem especificar-se o sujeito. É verdade que o descarte aumenta rapidamente a quantidade do lixo proveniente da esfera doméstica. Mas também é verdade que a produção de mercadorias rapidamente descartáveis aumenta também o lixo industrial e dilapida mais rapidamente os recursos naturais renováveis ou não renováveis.

Os resíduos são também classificados de acordo com a origem em: *domiciliar, comercial, de varrição e de feiras livres, serviços de saúde e hospitalares, industriais, agrícolas e entulhos*. Nesta parte, analisamos aspectos interligados relacionados ao lixo doméstico e a separação do mesmo para reciclagem e como já dito é responsabilidade do poder local.

O confinamento do lixo doméstico, industrial e hospitalar é de há muito tempo debatido, pois precisa ser “isolado” da “vista” e das áreas nobres, porque ocasiona contaminação. Ao mesmo tempo o lixo doméstico vira uma “mercadoria” que pode ser em grande parte reaproveitada e ou reutilizada.

O reaproveitamento de resíduos parece remeter a ausência de limites ao processo produtivo e ao mesmo tempo transforma o “lixo” em nova mercadoria. Novamente aparece o “ilimitado” no processo produtivo? Retoma-se a idéia da natureza e do desenvolvimento científico como ilimitados e infinitos?

Sendo o lixo um grande problema para a sociedade globalizada é necessário compreender alguns aspectos da vida cotidiana. Para os moradores das cidades a modernização implicou em mudar de lugar elementos reais e simbólicos. O lixo, por exemplo, que no passado, era enterrado nos quintais das casas, passa com o desenvolvimento urbano a ser transportado para longe. Inicialmente é (era) depositado em recipientes do lado de fora das casas (nos quintais). Mas, o lixo doméstico está sendo deslocado, em vários lugares/cidades, para dentro das casas, sendo hermeticamente fechado e “embalado” em sacos plásticos. A este processo de embalagem higiênica, que ao mesmo tempo representa um outro tipo de descarte (os sacos de lixo), incorporou-se recentemente uma outra forma de acondicionar o lixo, separando-o em lixo reciclável e não reciclável. Mas, de qualquer modo, após dois ou três dias ele é levado para longe, depositado em áreas confinadas, “os lixões”, ou para as usinas de separação e/ou para as indústrias recicladoras.

Muitas mudanças ocorreram com relação ao acondicionamento do lixo nas residências. Até a década de 60 predominava o acondicionamento em “latas de lixo” que eram reutilizadas. Em geral, ‘latas’ vazias que tinham um bom tempo de uso. Porém, a modernidade transformou as latas de lixo em sacos de lixo plásticos que são descartáveis junto com o próprio lixo. E estes sacos de plástico tem alta durabilidade. Assim, por uma forma muito simples, aumenta-se a quantidade do lixo e mesmo sua durabilidade. Altera-se o cotidiano dos cidadãos, aumenta o consumo de produtos descartáveis.

Cabe lembrar que os lixões são, em geral, distantes das áreas residenciais denominadas de “nobres”, pois ocasionam problemas de contaminação por doenças, por causa do cheiro, dos gases, etc. Na segregação sócio-espacial urbana considera-se que os moradores pobres podem conviver com estes problemas (afinal é uma sociedade descartável). Ou seja, as áreas menos nobres, as que tem menor preço de mercado, podem ser objeto de depósito de lixo e portanto de problemas. São, também, muitos os indivíduos que vivem do “lixo”. As formas atuais de acondicionamento do lixo passam a ser atitude ‘natural’ e sinônimo de ‘educação’ A convivência cotidiana, com o processo de separação para a reciclagem, parece fazer parte do mesmo processo.

Para a reciclagem do lixo são realizadas pelas empresas, que utilizam material reciclável, campanhas para incentivar a separação ou a coleta. No ano de 1994, denominado-a de ‘educação ambiental’ a Latasa instituiu uma Campanha para troca de ‘latas’ de bebidas ‘descartáveis’ em escolas. Os prêmios eram variáveis e incluíam computadores de última linha. A campanha da Abividro, realizada no início da década de 90, explicitava que o objetivo era destinar os recursos obtidos com a coleta de vidros para o combate ao câncer. Parece um novo tipo de “escambo” caracterizado pela troca. Escambo ou pagamento, a mercadoria ‘lixo’ virou resíduo que propicia maiores lucros:

“A reciclagem de latas de alumínio, que começou em 1991 como um lance de marketing da Latasa, transformou-se este ano (1994) num negócio lucrativo para a empresa que consegue redução de 8% a 14% no preço da chapa de alumínio feita com material reutilizado. ... No ano de 1993 foram reaproveitadas 1.06 bilhões de latas, o que corresponde a 17 mil toneladas ou 52,5% da produção nacional. Por isso a empresa resolveu fazer uma fábrica em Pindamonhangaba exclusivamente para reciclagem, próxima à fábrica da Alcan, que fornece chapas de alumínio para a Latasa” (Folha de São Paulo- 3/4/95).

É evidente que esta redução no preço não foi repassada para os ‘consumidores’ das latas e nem para o consumidor final, porém, implicou numa possibilidade maior de lucros.

É importante destacar que não é apenas com a reciclagem que o processo industrial tem maiores lucros. Isto também ocorre no interior da própria atividade industrial pois a Cia Siderúrgica de Tubarão (CST) instalou uma unidade experimental (com capacidade para 4 mil toneladas) para processar resíduos ferrosos e pretende ampliar para 20.000 toneladas.

Com a nova tecnologia a CST já conseguiu economizar US\$ 2,5 milhões à partir de um investimento inicial US\$ 816,5 mil. ... Com o aproveitamento total desse resíduo, a empresa garante não só uma economia ao longo do processo de produção, como uma diminuição nos problemas de meio ambiente” (Gazeta Mercantil : 30/4 e 1/5 de 1996).

Com relação ao processo de coleta do lixo domiciliar, o processo de troca de resíduos recicláveis, para obter-se material para reciclagem, inclui o pagamento em dinheiro (principalmente para catadores), até a troca de quantidade x ou y de mercadorias em supermercados, ‘tabelas’ de troca de latas por produtos a serem utilizadas nas próprias escolas. E assim, pensa-se em interferir na ‘educação ambiental’ levando-se em conta exclusivamente o consumo e incorporando-se a questão do lixo no cotidiano.

Entra em cena um “novo” processo industrial, *o da reciclagem do lixo*. Lixo que virou resíduo. Embora a reciclagem seja assunto difundido desde a 2ª metade deste século o processo tornou-se industrial após a década de 60. Cabe destacar que o “lixo” mercadoria tem o preço definido pelo mercado comprador (e não pelo mercado ‘vendedor’). No geral, para a ‘economia’ doméstica, é considerado apenas uma forma de contribuir para o processo coletivo de preservação do meio ambiente, e livrar-se do lixo e até da culpa pelo desperdício.

Esta “mercadoria” genérica - o lixo (resíduo) tem diferentes preços que, contudo, parecem não interferir no processo de separação doméstica. A questão do preço diferencial tem relação com o custo/receita das Prefeituras e tem importância, também, para o setor que atua com a reciclagem. Nenhum entrevistado, na pesquisa de campo que realizamos tinha conhecimento da diferença de preço dos materiais recicláveis. Aliás, a maioria nem sabia que era vendável.

Ao mesmo tempo em que o lixo se torna uma mercadoria *sui generis*, ele é analisado à partir do consumo de forma fragmentada.

É um grande desafio compreender a complexidade do processo produtivo, ou seja, de onde vem e para onde vão os resíduos em suas diferentes etapas”. No caso do processo de reciclagem, o reaproveitamento dos materiais caracteriza o lixo como uma nova mercadoria, que passa a ter valor de compra e de venda. Trata-se de um novo recurso, *de* uma mercadoria *sui generis*, pois gerada como “restos” passa a ser a matéria prima para outras indústrias. Este aspecto está ainda obscuro na maioria dos estudos e debates

A “nova” mercadoria, de maneira geral, é a questão ambiental, transformada em “gestão ambiental” em nova competitividade”, como afirma o próprio Ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Gustavo Krause :

“O meio ambiente é um bom negócio e quem afirma isso não são os visionários ou idealistas. O setor produtivo do mundo todo já amanheceu nesta nova realidade....Reduzir custos com a eliminação de desperdícios, desenvolver tecnologias limpas e baratas, reciclar insumos são mais do que princípios de gestão ambiental. Representam condições de sobrevivência”(Gazeta Mercantil. 27/3/e6).

Meio ambiente torna-se assim um grande ‘mercado’. Esta característica já foi apontada por vários estudiosos. Cabe lembrar que embora o aproveitamento do lixo seja bastante antigo, o novo é ter-se tornado mercadoria industrial.

É evidente que há também o reaproveitamento -sem reciclagem -, para aqueles que coletam o lixo nos lixões. Mas esta forma é considerada inadequada porque pode provocar contaminação, embora permita a sobrevivência de muitos dos “coletoras de lixo”. Mas, trata-se de analisar a reciclagem e da “estranha” mercadoria indesejável, que tornou-se “importante e desejável”.

Considerando-se os atuais impasses ambientais e as possibilidades de esgotamento dos recursos naturais, torna-se imperativa a reciclagem. O fato de tratar-se de uma “nova” mercadoria, cujo valor é atribuído pela indústria recicladora; de esta evidente, que não se pode restringir a análise apenas ao consumo; de que os indivíduos que fazem a separação doméstica “doam” esta nova mercadoria, ou mesmo o fato de que parece tornar-se ilimitado o processo produtivo, não exclui, a nosso ver, a necessidade de ampla implantação do processo. Muito pelo contrário, é possível que este processo interfira no “senso” comum com relação a esgotabilidade dos “recursos” naturais e a necessidade de mudança das formas de produzir e consumir.

Bibliografia citada

Alier, Joan Martine , 1995- De la economia ecologica ao ecologismo popular- Icaria Editorial - Barcelona.

Lipietz, Alain - 1994- Uma visão regulacionista sobre o futuro da ecologia urbana
- in Cadernos IPPUR - UFRJ ano VIII - nº 1 abril de 1994.

Rodrigues, AM. 1988- Na procura do lugar o encontro da identidade - As ocupações coletivas de terra - Tese de Dout. USP- Deptª Geografia.

Rouanet, Sérgio - As razões do Iluminismo - Cia das Letras.